

APROCOM – ASSOCIAÇÃO PRÓ-COMUNIDADE DO MONTE VERDE

CNPJ 78.827.250/0001-97

Rua do Marfim, 312 – Monte Verde – 88032-530 – Florianópolis/SC

Contatos: (48) 3238-0659 – 98402-2240 – dzavarize55@gmail.com

PROPOSTA DA COMUNIDADE

(Saco Grande, Monte Verde e João Paulo)

Na reunião do dia 06 de julho de 2022, da qual participaram moradores e lideranças dos bairros João Paulo, Monte Verde, Saco Grande, com a presença de lideranças do Cacupé, foram anotados alguns aspectos com relação à proposta da Prefeitura Municipal de Florianópolis, de revisão do Plano Diretor, que atendem minimamente os interesses das comunidades.

PRELIMINARMENTE:

Repúdio das comunidades em relação ao processo de revisão do Plano Diretor, em especial porque não há uma minuta que permita entender concretamente o que está sendo proposto pelo Poder Público.

“Se esta rua, se esta rua fosse minha, eu mandava, eu mandava ladrilhar, com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante, para o meu, para o meu amor passar”. (Cantiga de roda tradicional)

Esta letra reflete o que é a cidade para quem mora nela: um espaço de afeto, de crescimento e de trabalho.

Contudo, em uma sociedade na qual o valor de coisas importa mais do que a vida das pessoas, a cidade se torna uma moeda de troca.

Como está sendo na proposta de revisão do Plano Diretor, que a Prefeitura Municipal de Florianópolis se esforça por aprovar, no menor tempo possível.

Importante recordar que o atual Plano Diretor ainda não foi integralmente implantado e que o prazo para sua revisão se estende até 2024.

1 – Acessos e trânsito: uma batalha diária

Como boa parte das comunidades na Ilha de Santa Catarina, os bairros João Paulo, Monte Verde, Saco Grande e Cacupé se localizam entre o mar, o mangue e as montanhas, numa estreita faixa de terra ainda cortada pela SC 401.

Exceto por poucos acessos – nos viadutos do João Paulo, do Monte Verde e do Cacupé -, a SC 401, duplicada, fatia e isola as comunidades em cada lado, restringindo também a possibilidade de acessar a própria via estadual.

Do mesmo modo, o trânsito ao longo da Rodovia Virgílio Várzea está caótico, até porque serve de via de acesso alternativa quando a SC 401 está congestionada. Há seis anos, um pedido de colocação de sinaleira, ou outro tipo de controle, na saída da Rua

Almíscar, aguarda resposta. E só será possível melhorar os acessos na SC 401 ou o tráfego nos bairros se houver espaço territorial reservado para este fim.

Portanto, a proposta de revisão do Plano Diretor deve contemplar a melhoria da conexão interbairros da região e acessos à SC 401 que facilite o trânsito dos moradores do Saco Grande, Monte Verde, João Paulo e Cacupe com a melhoria das condições de trânsito ao longo das vias internas (Rodovias João Paulo, Virgílio Várzea e Haroldo Soares Galvan), com calçadas adequadas, ciclovias e acessos alternativos para motoristas de aplicativos a SC 401.

2 – O meio ambiente e a ocupação urbana

Quando o primeiro ser humano chega em um local inabitado, ele começa a deixar suas marcas e estas se tornam mais extensas à medida que mais e mais pessoas passam a residir, trabalhar ou circular naquele local.

A cidade de Florianópolis continuaria mantendo padrões de crescimento da mancha urbana praticamente espontâneos, dado sua grande fragilidade na regulação e fiscalização de loteamentos irregulares, o que faz com que a mancha urbana tendencial siga avançando por áreas não urbanas, frágeis e com risco à vida humana. Tal condição afetaria, fortemente, a qualidade ambiental do município que é parte importante de sua econômica e característica principal da Ilha (1). O crescimento da mancha urbana tendencial de Florianópolis faria com que as densidades líquidas residenciais continuem muito baixas em todos os setores, dificultando a implantação de infraestrutura e promovendo um contínuo urbano fragmentado e disperso. O município de Florianópolis passaria de uma mancha urbana de 8.735 hectares a 17.770 hectares a 2050, o que significa uma ampliação de 203%.
(https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/27_08_2015_9.30.19.2d57c5303b800097ab78796419b761af.pdf)

Todos os aspectos sinalizados no estudo são apontáveis na região, especialmente nos bairros Monte Verde e Saco Grande: crescimento espontâneo, loteamentos e kitnetes irregulares, baixa fiscalização, fragilidade do meio ambiente e conseqüente risco à vida.

Cumpra salientar que, com grande alarde, a Prefeitura Municipal de Florianópolis criou a REVIS Meimbipe. Entretanto, sem um Conselho Gestor ou condições efetivas de fiscalização, a criação é inócua e letra morta a legislação que a criou.

Neste diapasão, são aspectos fundamentais para a proposta de Plano Diretor:

- (1) Incorporar as APPs de encostas à Unidade de Conservação Desterro, com a criação do Conselho Gestor da UC, com poder deliberativo e participação popular;**
- (2) Demarcar as Áreas de Preservação Permanente - APPs e as Áreas de Preservação Limitada – APL;**
- (3) Demarcar as APPs nas encostas e morros do bairro Monte Verde e morros ao lado do Parque da Figueira;**
- (4) Segurança da vegetação e do meio ambiente: fiscalizar e prevenir invasões e desmoraonamento em áreas de encosta/risco permanente;**

(5) Manter a Ponta do Goulart como APP e todas as outras APPs e APLs existentes no bairro João Paulo;

(6) Transformar o espaço denominado Cidade das Abelhas em Parque Natural com serviços e equipamentos públicos:

- **Equipamentos de lazer e cultura:** piscinas públicas, quadras poliesportivas, pistas para caminhada, ginástica, yôga, dança, bocha, jogos de salão, boi de mamão, etc
- **Unidades de saúde**
- **Centros de tratamento para dependentes químicos**
- **Programas de saúde animal**

Não é demais salientar que pesquisas demonstram que áreas urbanas de vegetação regulam a temperatura da região, reduzem o risco de enchentes e valorizam o entorno.

Além do que, também é comprovado que o uso de parques e áreas de lazer influem positivamente na saúde física e mental dos seres humanos.

(7) Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Saco Grande;

(8) Reservar áreas para moradia social, como forma de resolver a ocupação descontrolada nos morros, nas áreas de risco à vida e nas nascentes dos rios.

(9) Limitação da área impermeabilizada nas residências.

3 – INFRAESTRUTURA URBANA

Redistribuir e redimensionar os serviços públicos existentes para atender adequadamente a população atual e futura: escolas (ensino fundamental e médio), núcleo de educação infantil e postos de saúde e transporte público, e, a partir deste estudo, reservar áreas para a sua implantação.